



## **Câmara dos Deputados**

### **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2014 (Do Sr. Domingos Sávio)**

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre, a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos envolvendo a ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencadas ao Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre, a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos envolvendo a ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha.

- a) Quais providências administrativas e judiciais foram efetivamente tomadas com relação à Sra. Rosemary Noronha? Indicar o número e a conclusão dos processos;
- b) Informar se Rosemary Noronha, atualmente, ocupa cargo ou função pública, se positivo, informar a sua lotação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O governo petista tem sido alvo de inúmeros escândalos de corrupção e malversação de recursos públicos. São tantas denúncias veiculadas dia-a-dia que nos parece algo rotineiro.



## Câmara dos Deputados

Transcorrido mais de um ano do desfecho da Operação Porto Seguro, não há como dissociar o clamor dos brasileiros nas ruas contra a corrupção da cobrança de uma resposta concreta dos fatos apurados.

A operação Porto Seguro foi deflagrada em novembro de 2012 pela Polícia Federal. Segundo a Procuradoria, Rosemary integrou organização que negociava documentos de repartições da União para favorecer empresários, entre eles o ex-senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que está entre os réus, por corrupção. O ex-número 2 da Advocacia-Geral da União, José Weber Holanda, virou réu também por corrupção.

Nas 53 páginas do relatório do inquérito, o delegado da PF Ricardo Hiroshi Ishida aponta que "a quadrilha" agia para obter "facilidades junto a órgãos públicos por meios ilícitos", cometendo "crimes de corrupção" para "atender interesses de empresários".

Ainda de acordo com o documento, Paulo Rodrigues Vieira, ex-diretor da Agência Nacional de Águas, tinha "a função de chefia".

O esquema funcionava da seguinte forma: *um empresário precisava de facilidades num órgão público onde Paulo tinha influência. Paulo acionava seus contatos, entre eles, seu irmão Rubens Vieira - diretor afastado da Agência Nacional de Aviação Civil - considerado o conselheiro da quadrilha. Os advogados Marco Antonio Martorelli e Patrícia Maciel ajudavam servidores públicos corruptos a escrever pareceres ou relatórios de interesse da quadrilha*" (G1 27/02/2014).

Ressalto que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.



## Câmara dos Deputados

Dessa forma, diante da relevância do caso e da competência institucional do Congresso Nacional, bem como a competência do parlamentar na fiscalização de todos os atos do Executivo, solicito o envio do referido requerimento de informação ao Ilustríssimo Senhor Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, para que possa responder as informações ora pleiteadas.

Sala das Sessões, de maio de 2014.

**Deputado Domingos Sávio  
PSDB/MG**